



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679732 - MG (2021/0217195-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : SIDNEY CANDIDO COSTA AMIGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SIDNEY CANDIDO COSTA AMIGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (0458071-58.2021.8.13.0000).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade estando atualmente inserido nas regras do regime semiaberto, pelo cometimento do delito previsto no art. 157, § 2º, do Código Penal e art. 16 do Estatuto do Desarmamento, em virtude do qual lhe foi imposta pena privativa de liberdade de 5 anos e 4 meses de reclusão. Já cumpriu 2 anos, 3 meses e 22 dias.

A impetrante sustenta que configura constrangimento ilegal o desprovemento do recurso defensivo e, conseqüentemente, o reconhecimento da falta grave e regressão de regime.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado e da execução da pena, até que seja julgado o mérito do *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar o acórdão e afastar o reconhecimento da falta grave imputada e os reflexos negativos de sua homologação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente